

# Efeito cascata

Em discussão no Congresso Nacional, Plano Nacional de Educação prevê aumentar titulação do corpo docente das instituições e gera desconfiança de que metas possam influenciar instrumentos de avaliação do MEC

por Amanda Ciegliniski

**C**om o começo da nova legislatura, o Congresso Nacional terá a missão de discutir o novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) que definirá quais objetivos o país deverá seguir para mudar a educação na próxima década, incluindo o ensino superior. O documento formulado pelo Ministério da Educação (MEC) avança em relação ao anterior no que se refere ao seu formato: são 20 metas em vez das antigas 295, cada uma delas acompanhada de um grupo de estratégias a serem seguidas por gestores em diferentes níveis. Em termos de conteúdo, não é tão inovador, já que repete algumas metas do plano anterior que dez anos depois não foram cumpridas - entre elas, a inclusão de um terço dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior.

Ao todo, o novo PNE traz três metas ligadas diretamente ao ensino superior que tratam tanto de acesso como de qualidade. O documento fala em "elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atua-

ção de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores".

## Meta genérica

O Censo da Educação Superior de 2009, divulgado recentemente pelo MEC, mostra que nas instituições públicas 75% dos professores têm pós-graduação *stricto sensu*, sendo 48% doutores e 27% mestres. Nas particulares, 55% têm a titulação, sendo a maioria mestres (41%) e 14%, doutores.

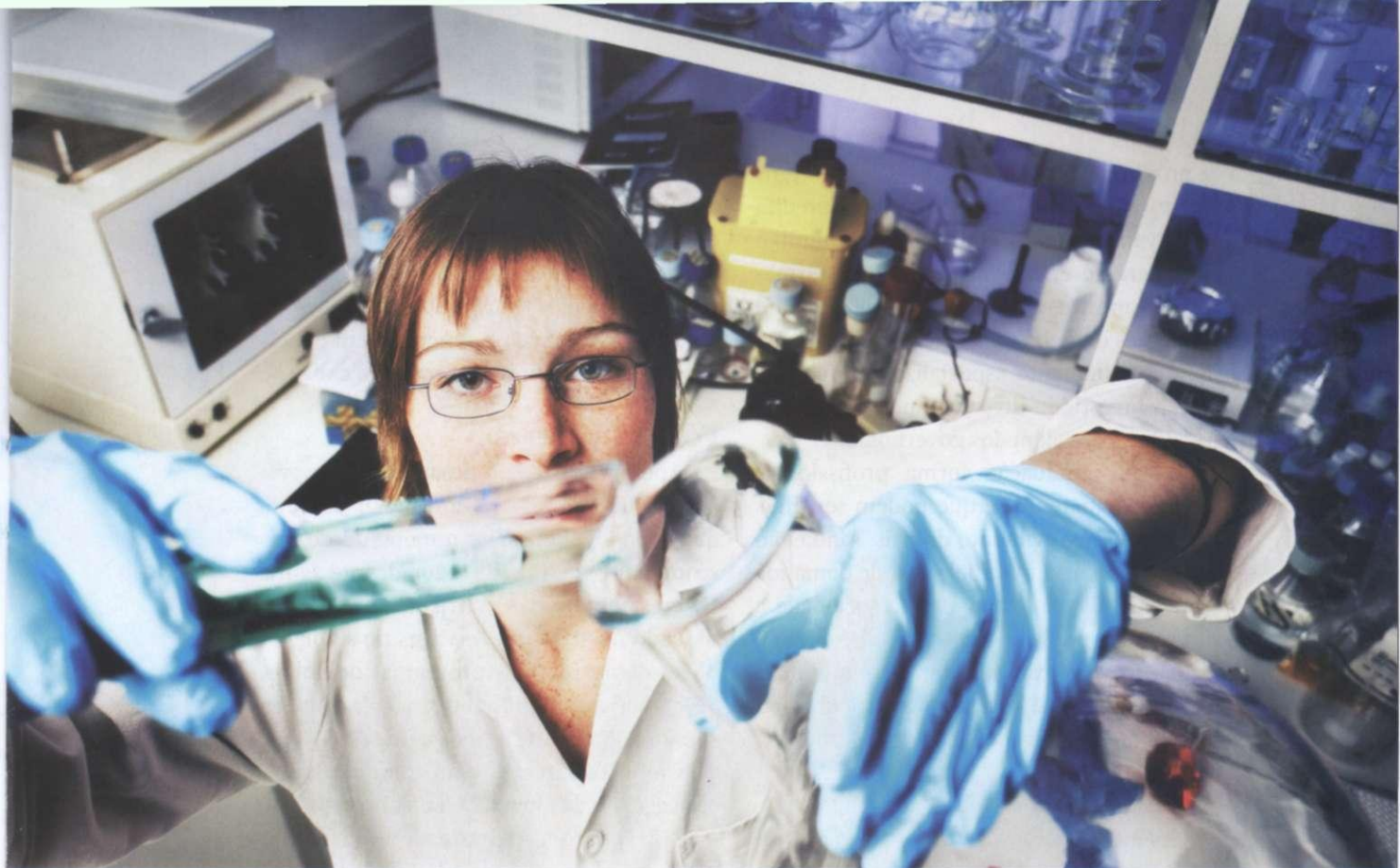
Para o consultor jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), Celso Frauches, a meta é muito "genérica", já que define um único patamar sem distinção para os diferentes tipos de instituições. "Para as universidades esse já é um indicador muito elevado porque elas têm de ter no mínimo 33% de mestres e doutores no corpo docente, conforme a legislação vigente. Já as faculdades, por exemplo, não têm obrigação de desenvolver pesquisa nem de possuir programas de mestrado ou doutorado", analisa.

Frauches teme que essa meta possa ter efeito nos instrumentos de avaliação e alterar as exigências para credenciamento e reconhecimentos de instituições - especialmente as faculdades. "O governo deveria estimular o tipo de instituição que forma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, e não tem a missão de formar pesquisadores e cientistas. Para essa tarefa existem as grandes universidades."

No caso das instituições de ensino superior públicas, o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de

### Metas do PNE para o ensino superior

- Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores;
- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta;
- Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.



STOCKPHOTO

Ensino Superior (Andifes), Edward Brasil, acredita que a tarefa não será difícil. Mas pondera que as universidades precisarão "produzir" muitos mais mestres e doutores para que a meta de elevar a qualidade do corpo docente seja cumprida em sua totalidade. "Em algumas áreas do conhecimento, abrimos concurso para contratar professor doutor e não achamos candidatos. É preciso ter um olhar especial para essas áreas e também para algu-

para a pós-graduação: dobrar o número de mestres e doutores titulados até 2020. O documento diz que o número de matrículas deve ser aumentado gradualmente até atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Os números mais recentes do MEC mostram que em 2009 foram formados 35 mil mestres e 11 mil doutores.

A tarefa não é impossível, segundo analisa o pró-reitor de pós-graduação da Univer-

O PNE também prevê dobrar o número de mestres e doutores titulados até 2020

## **“PARA AS FACULDADES É AINDA MAIS DIFÍCIL ATINGIR 75% DE MESTRES E DOUTORES. ELAS NÃO TÊM OBRIGAÇÃO DE FAZER PESQUISA”**

Celso Frauches, da Abmes

mas regiões do país. Se as instituições públicas formarem mestres e doutores em grandes quantidades, o setor privado também poderá aproveitar esses titulados", aponta.

### **Pós-graduação**

Casado com o objetivo de aumentar a titulação do corpo docente das instituições, o PNE também traz uma meta ambiciosa

idade de São Paulo (USP), Vahan Agopyan. "Nós já mostramos que isso é possível na última década, quando conseguimos dobrar o número de mestres e doutores. Se pretendemos mudar de patamar a qualidade de vida da população, nós precisamos desses profissionais", aponta.

Mas se hoje a maioria dos titulados permanece na academia, o desafio para



EDUCAÇÃO

Edward Brasil, da Andifes: o setor privado poderia aproveitar os titulados das públicas

a próxima década será motivá-los a seguir carreira no mercado de trabalho, acredita Agopyan. Segundo ele, o setor produtivo precisará se envolver mais com a formação de mestres e doutores, especialmente nas áreas onde há maior demanda por mão de obra altamente especializada. Inclusive como investidor, diversificando a fonte de recursos para além dos governos.

"A pós-graduação forma profissionais muito competentes e que podem ser úteis para o desenvolvimento do país. Ainda não conseguimos - talvez pela grande demanda da academia - mostrar para a sociedade a importância dos mestres e doutores. Não é à toa que nas grandes empresas mundiais toda a diretoria é formada por profissionais altamente qualificados."

## Parceiras

As instituições privadas, avalia o professor, podem ser importantes na busca dessa meta. Segundo ele, hoje três quartos da pós-graduação está nas mãos das instituições públicas. "É uma concentração muito grande nas públicas, que as instituições privadas podem assumir com mais força. Existem instituições particulares extremamente bem organizadas e que oferecem ensino de qualidade em pós-graduação", afirma.

Entre as estratégias elencadas no PNE para alavancar a matrícula em programas de mestrado e doutorado está a expansão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) para esta etapa, com apoio especial ao mestrado profissional.

A meta que já estava no PNE anterior e volta como desafio para a próxima década - elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos - é também uma das mais difíceis de ser cumprida. A década terminou com menos de 15% dos jovens no ensino superior - metade do que havia sido estipulado pelo plano anterior.

Um dos gargalos que explica esse resultado é a qualidade do ensino médio no país.

Com altos índices de evasão e repetência, apenas metade da população de 15 a 17 anos está matriculada nessa etapa de ensino, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Com isso, o jovem entra no ensino superior bem depois dos 18 anos - ou simplesmente não chega lá.

## Fórmula Fies

Apesar do cenário desanimador, o presidente da Andifes, Edward Brasil, acredita que é possível cumprir a meta, desde que se mudem as estratégias adotadas até agora. "O crescimento das matrículas terá de ser baseado no aumento de vagas no setor público ou por meio de programas de bolsas. Se não houver uma política arrojada nesse sentido, não alcançaremos a meta", diz.

Como estratégias para atingir o patamar de 33% dos jovens no ensino superior, o PNE aponta a necessidade de expandir o Fies e constituir o fundo garantidor "de forma a dispensar progressivamente a exi-

**“AS PARTICULARES PODEM AJUDAR A DOBRAR A PÓS-GRADUAÇÃO, JÁ QUE MUITAS OFERECEM ENSINO DE QUALIDADE**

Vahan Agopyan, da USP

gência de fiador". A ideia, lançada no ano passado pelo MEC, é que as instituições privadas repassem 7% dos títulos do programa para um fundo, que também será alimentado com recursos da União. Com isso, os estudantes não precisariam mais de fiador para participar do programa que hoje beneficia cerca de 500 mil alunos com contratos ativos. O projeto ainda está em fase de adesão pelas instituições.

O plano também coloca como estratégia melhorar a ocupação das vagas no setor público com o aumento dos cursos noturnos e do percentual de concluintes, além de aumentar o número de alunos por professor dos atuais 12 para 18. Segundo o censo de 2009, nas particulares essa relação é de 20 para um.